



O trabalho Social com famílias e o trabalho interdisciplinar: contribuições para o debate

RONZONI, Rúbia dos Santos

CAMPESTRINI, Taise Paula

RESUMO: O presente artigo busca refletir sobre duas categorias incorporadas na Política Nacional de Assistência Social- PNAS/2004 e no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que são: o trabalho social com famílias e a interdisciplinaridade. Para tal, realizou-se uma pesquisa qualitativa com profissionais que atuam no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Família e Indivíduos- PAEFI do município de Florianópolis. O instrumento de coleta de dados utilizado foi o grupo focal, realizado com assistentes sociais e psicólogos das equipes de referência. Constata-se que a atuação interdisciplinar caracteriza-se como uma prática recente nas políticas sociais e encontra-se permeada de incertezas e dificuldades de atuação. Há uma falta de clareza sobre o saber disciplinar e interdisciplinar: A psicologia precisa investir no espaço acadêmico preparando os profissionais para atuar nas Políticas sociais, o serviço Social precisa horizontalizar as relações com a equipe e ambas as profissões têm muito a contribuir na garantia de direitos do usuário.

PALAVRAS-CHAVE: Sistema Único de Assistência Social; Trabalho social com famílias; Interdisciplinaridade.

INTRODUÇÃO

Anterior à consolidação da assistência social como política pública e direito do cidadão, o trabalho social com famílias tinha como foco os “indivíduos problemas” e não a família. O foco de intervenção convergia-se às famílias pobres, tidas como “incapazes” e “desestruturadas” onde as práticas do trabalho social “eram desenvolvidas em uma dimensão normatizadora e disciplinadora (dimensão moral e doméstica, geralmente dirigidas às mulheres).” (TEIXEIRA, 2010, p.7).

Com a Política Nacional de Assistência Social- PNAS/2004 que aprova o Sistema Único de Assistência Social- SUAS as novas regras da legislação da assistência social provocam “expectativas e demandas relacionadas às mudanças nos processos de trabalhos, no desenvolvimento de novas competências e saberes, dentre eles o trabalho social com famílias” (TEIXEIRA, 2010, p. 8).

Neste sentido, há uma tentativa de superação desse atendimento fragmentado, conservador, moralizante e higienista. Assim, o foco deixa de ser no “indivíduo problema” e



passa a ser a família na sua totalidade, partindo da matricialidade socio-familiar¹ como foco de intervenção.

A concepção de família é o pressuposto do trabalho social com famílias, assim, se faz necessário compreender o conceito ampliado de família utilizado pela PNAS. Essa definição contempla as diversas relações que podem estar presentes na configuração da família, entre elas a consanguínea, de aliança e afinidade.

Estamos diante de uma família, quando encontramos um conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos e/ou de solidariedade. [...] não existe família enquanto modelo idealizado, e sim família resultante de uma pluralidade de arranjos e rearranjos estabelecidos pelos integrantes da família (BRASIL 2004 apud TEIXEIRA, 2013, p.113).

Ao abordar a família a partir de uma concepção ampliada busca-se enfraquecer,

Os estigmas associados à maternidade sem casamento, às famílias reconstituídas, às vezes, sem vínculos formais, às uniões consensuais, ao divórcio, assumindo todos esses grupos como unidade familiar e sujeitos à proteção social da assistência social, desde que dela necessitem (TEIXEIRA, 2010, p. 9).

Apesar da superação conceitual da família como sendo apenas a nuclear, há ainda a persistência de antigas práticas bem como a responsabilização da família no sentido que a mesma assuma a “provisão de bem-estar de seus membros” (MIOTO, 2014, p. 9).

Muitos profissionais interpretam a matricialidade como “responsabilidade” familiar, reforçando o chamado familismo, que se “caracteriza como atribuição de maior responsabilidade para as famílias na provisão de bem-estar para seus membros” (MIOTO, 2014, p. 9).

O “familismo” ou tendência familista da política social não pode ser confundido com pró-família, mas uma perspectiva de maior responsabilização da família pelo bem-estar de seus membros, incentivado pelas políticas públicas, seja pelo seu subdesenvolvimento em serviços de apoio à família, por benefícios poucos generosos ou pelo princípio da subsidiariedade do Estado, recaindo sobre a família a responsabilidade pelos serviços de

¹ Em que se dá primazia à atenção às famílias e seus membros a partir do território de vivência, com prioridade àquelas mais vulnerabilizadas, uma estratégia efetiva contra a setorialização, segmentação e fragmentação dos atendimentos, levando em consideração a família na sua totalidade, como unidade de intervenção; além do caráter preventivo da proteção social, de modo a fortalecer os laços e vínculos sociais de pertencimento entre seus membros, e romper com o caráter de atenção emergencial e pós-esgotamento das capacidades protetivas da família (TEIXEIRA, 2010, p. 547).



proteção social (ESPING-ANDERSEN, 1999, apud TEIXEIRA, 2010, p. 5).

Segundo Teixeira (2013), o reforço das funções protetivas da família, acentua a dependência dos indivíduos da família mesmo esses tendo ações de proteção. Assim, a tendência “familista” é identificada com o projeto neoliberal que sugere a centralidade na família, afirmando a sua capacidade de cuidado e proteção. A ação do Estado ocorreria somente quando a família falhasse na sua própria proteção.

A partir do que foi evidenciado, delimita-se que o trabalho social com famílias deve ser direcionado à proteção social, isso implica em:

Reconhecer a família como instância importante na provisão de bem-estar (tanto material como imaterial) e que ela, enquanto lugar de convivência e de afetos é transpassada pela questão social [...]; Considerar que o conhecimento das famílias (enquanto sujeitos do trabalho social e enquanto situadas no conjunto das relações sociais que se estabelecem em determinados momentos históricos) é condição fundamental para a projeção e definição das ações profissionais [...]; Propor mudanças nos diferentes planos das relações familiares (MIOTO, 2014, p. 13).

Nesta perspectiva, o trabalho social no âmbito da assistência social evidencia ações que devem ser amparadas pela efetivação de direitos e da responsabilidade pública. Assim, “o foco das ações socioassistenciais e socioeducativas deve ser as necessidades das famílias e a garantia dos direitos de cidadania [...]” (TEIXEIRA, 2010, p.16).

Conforme Teixeira (2010), os objetivos do trabalho social com famílias visam à autonomia e o protagonismo, compreendidos na perspectiva de participação social. Desse modo, para que o trabalho social efetue uma dimensão educativa, na sua ação, acarretando o desenvolvimento da capacidade refletir, analisar, decidir, de mobilizar-se, entre outros em uma perspectiva emancipatória,

Não se deve restringir a responsabilização as famílias, ou ensiná-las a gerir seus conflitos, seus poucos recursos, sua vida, como se tudo dependesse de um processo de racionalização e planejamento, de cumprimento de papéis e normas e não de carências coletivas. Logo, evitar essa dimensão disciplinadora, e levar as famílias a refletir sobre sua realidade, a conhecer serviços e recursos do território, a mobilizar-se e a incluir-se em processos organizativos, coletivos na busca de garantia de direitos (TEIXEIRA, 2010, p. 295).

Segundo a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos- NOB-RH/SUAS a equipe técnica de referência que atua no Serviço de Proteção Especial de Média



Complexidade é composta prioritariamente por Assistentes Sociais e Psicólogos. O trabalho neste Serviço é realizado através do compartilhamento de saberes e concepções diferenciadas por todos os membros da equipe, desta forma realiza-se o trabalho interdisciplinar.

Segundo Vasconcelos (1997), a interdisciplinaridade é compreendida como uma forma de “enriquecimento mútuo, com uma tendência à horizontalização das relações de poder entre os campos implicados” (VASCONCELOS, 1997, p.47).

Assim, busca-se integrar de forma coesa os diferentes conhecimentos das disciplinas e intensifica as trocas de saberes entre os especialistas para compreender de forma mais abrangente a realidade nas suas mais variadas formas. Ely (2003, p.114) salienta que “nesta interação e articulação entre diversas áreas do saber envolvidas é preciso haver respeito à autonomia e à criatividade inerentes a cada uma das áreas para que não sejam influenciadas ou excluídas desse processo”.

Pesquisa e análise dos dados: breves considerações

Para compreender de maneira mais abrangente estas duas categorias teóricas trazidas na PNAS e SUAS, trabalho social com famílias e interdisciplinaridade, foi realizada, no ano de 2015, uma pesquisa qualitativa no Centro de Referência Especializado de Assistência Social²/Continente na cidade de Florianópolis com o objetivo de: Caracterizar a atuação interdisciplinar realizada no CREAS/Continente no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Família e Indivíduos (PAEFI). A técnica para coleta de dados foi o Grupo Focal³ pelo fato deste ressaltar a dimensão qualitativa do objeto de estudo.

Para a efetivação da pesquisa foram realizados dois grupos focais, um com oito Assistentes Sociais e outro com cinco Psicólogas. As questões aplicadas para a discussão foram as mesmas para ambos os grupos. A pesquisa continha cinco questões norteadoras que serão apresentadas ao longo do texto.

² O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) é responsável pelo atendimento especializado às crianças, adolescentes e sua família em situação de violação de direitos. As principais violações de direitos são decorrentes de violência física, psicológica, negligência, sexual, trabalho infantil, entre outras.

³ O grupo focal tem como essência a interação entre os participantes e o pesquisador que tem como objetivo colher dados a partir de uma discussão focada em tópicos específicos e diretivos, porém “não se trata propriamente de uma coleta como se o dado estivesse à espera de ser capturado, mas sim de captar os significados que emergem no “aqui e agora”, à medida que os participantes refletem e discutem sobre o tema proposto” (GUI, 2003, p.139).



A primeira reflexão trazida aos grupos foi: **Como se dá o trabalho social com famílias no PAEFI?**

Ao abordar a questão, em ambos os grupos, pode-se perceber que os profissionais ficaram se questionando sobre o significado do termo “trabalho social”. Aqui, o objetivo era identificar a dinâmica do trabalho, o fluxo de atendimento em equipe, ou seja, as ações realizadas no cotidiano dos profissionais e a finalidade do trabalho social com famílias. No entanto, pode-se evidenciar que há certa dificuldade para as profissionais expressarem estas questões.

Verifica-se que as profissionais ao realizarem suas ações junto aos usuários, por vezes, não percebem que estas são ações que caracterizam o trabalho social com famílias. Esse trabalho ocorre através do acolhimento, escuta qualificada e encaminhamento junto aos usuários, reflexão e discussões que visem à emancipação dos mesmos. “É feito através da participação coletiva, de forma que as famílias se percebam como sujeitos na sociedade onde estão e com os direitos de usufruir dos bens (materiais e imateriais) nela produzido” (MIOTO 2004b, apud TEIXEIRA, 2010, p. 220).

Com o trabalho social objetiva-se ampliar a sua autonomia para viverem na sociedade, que por vezes os discrimina. Assim, segundo Teixeira (2010), para atingir este objetivo junto aos usuários, se faz necessário um trabalho de orientação, informações sobre direitos, modos de acessá-los e garanti-los e reflexão sobre suas dificuldades cotidianas, associando-as às demandas sociais da sociedade capitalista.

A segunda questão levantada foi: **De todas as ações desenvolvidas quais são as específicas da sua área?**

Os profissionais de psicologia deixaram claro que a atuação disciplinar e interdisciplinar é ainda um campo em construção. Não há definições do que se trata de especificidades e de ação conjunta. As ações interdisciplinares na assistência social revela o quão recentes são estas práticas, o que justifica as dificuldades de refletir sobre esses fluxos da intervenção interdisciplinar.

Os profissionais de Serviço Social também expressaram que as ações profissionais estão sobrepostas, que há certa confusão na delimitação de papéis e na construção conjunta de ações.

De acordo com Florentino (2014), a ação profissional do Psicólogo está mais voltada para o acolhimento, avaliação psicológica através de métodos e instrumentos psicológicos como testes, entrevistas, observação lúdica e também reconhecer os traumas deixados pela violência sofrida nos sujeitos. Conforme ressalta o autor, “uma das principais atribuições do



psicólogo do CREAS, ao iniciar o atendimento ou acompanhamento junto às vítimas, consiste em estar habilitado a identificar quais são os danos emocionais (já instalados) e a gravidade dos mesmos” (FLORENTINO, 2014, p. 64).

Já o Assistente Social desenvolve ações como orientação, informação sobre os direitos que os sujeitos usuários da política possuem, busca dos direitos, reflexão referente às expressões da Questão Social, entre outros.

As ações do Assistente Social devem estar em consonância com o projeto ético-político da profissão, bem como as dimensões teórico-metodológicas e técnico-operativas. A ação do Psicólogo da mesma forma deve estar pautada no projeto ético da profissão, adensando teorias que visem a psicologia social. De acordo com as normativas, a única ação individualizada refere-se aos pareceres psicológicos e sociais. No mais, todas as ações podem ser realizadas pela equipe de referência, desde que esta tenha como foco de ação a garantia de direitos dos usuários e tenham a mesma direção ético-política. Este é o princípio básico para uma atuação interdisciplinar de fato.

É importante assinalar que os documentos elaborados pelo MDS- Ministério do Desenvolvimento Social não devem engessar a ação profissional, apenas norteá-las. Delimitar papéis é também, delimitar campo de atuação. Isto reflete na prática profissional e nas tensões vivenciadas pelos profissionais no campo. Além disto, é imprescindível compreender que embora haja um esforço em consolidar estes parâmetros para atuação, estes foram construídos por profissionais com linhas e perspectivas de atuação que muitas vezes revelam-se conflituosas, portanto a atuação interdisciplinar é muito mais uma prática a ser construída do que algo dado e conciso.

Outra questão trazida para os grupos foi: **De que forma é realizado o trabalho interdisciplinar?**

A partir das falas dos profissionais ficou enfatizado que o trabalho interdisciplinar ocorre através do trabalho em dupla, porém a dupla por si só não garante a interdisciplinaridade. O que caracteriza este trabalho é a construção de novos saberes a partir da ação conjunta dos profissionais, como reuniões, estudos de caso, entre outros. Por outro lado, evidencia-se que a prática que vem sendo desenvolvida no PAEFI revela um esforço em construir diálogos, fluxos de atendimento, reuniões de equipe e estudo de caso, estudos de referenciais teóricos, bem como planejamento. Estas ações proporcionam a troca de saberes e também, a construção de ações coletivas voltadas às famílias, o que caracteriza a ação interdisciplinar.



Segundo Teixeira (2013), para que o trabalho interdisciplinar provoque mudanças subjetivas políticas, de autonomia e cidadania, este precisa ser guiado por uma perspectiva de totalidade que:

Supere a psicologização das relações e problemas sociais; Ultrapasse a dimensão conservadora, disciplinadora, normatizadora e, principalmente, de julgamento, culpabilização das famílias pelo não cumprimento de funções tradicionalmente e funcionalmente atribuídas às famílias; Procure romper com os referenciais teóricos funcionalistas das famílias “desestruturadas”, “disfuncionais”, “incompletas” pelo não atendimento ao modelo-padrão, ideal de família; Ultrapasse o âmbito da realidade familiar e do território, para entendê-los como inseridos em determinações mais amplas, parte de um todo, o que leva ao entendimento de que os problemas e dificuldades familiares são decorrentes de múltiplos processos sociais (TEIXEIRA, 2013, p. 222).

Desse modo, a ação interdisciplinar é uma abertura para o novo, onde o sucesso deste trabalho está em reconhecer o trabalho do outro através das trocas e reflexões com os inúmeros pontos de vista diferenciados, tendo como objetivo comum à eficácia interventiva.

Outra reflexão realizada em cada grupo focal foi: **Quais as principais dificuldades da intervenção interdisciplinar? Quais os principais desafios?**

Com base nesta questão foi refletido pelas Assistentes Sociais que a hegemonia do Serviço Social nas ações interdisciplinares vem sendo algo apontado por vários profissionais. Conhecendo a história da profissão e da Política de Assistência Social, pode-se constatar que ambas se misturam em muitos momentos e que é inegável a contribuição dos assistentes sociais para a consolidação do SUAS. Por outro lado, há que se reconhecer que os profissionais estão tendo dificuldades de dividir um espaço até então só seu. Esse exercício de construir relações horizontais é um dos desafios impostos pela nova forma de atuar.

Um aspecto importante a ser ponderado a partir da fala de uma Psicóloga, é que a psicologia encontra algumas barreiras no que se refere à atuação em Políticas Públicas. A formação do psicólogo foi durante muito tempo voltada ao atendimento clínico e individualizado e neste sentido é necessário que os currículos incorporem as discussões de sociedade, políticas públicas e atuação nesta área. Também é uma profissão elitizada, pois, sua finalidade sempre foi voltada às classes que poderiam pagar pelo serviço. Conforme ressalta Senra e Guzzo (2012), “o Conselho Federal de Psicologia reconhece, ao publicar referências técnicas para o exercício profissional para a área da assistência social, que a



despolitização, a alienação e o elitismo marcaram a organização da profissão” (2012, p. 294). Portanto, atuar na política de assistência social é um desafio.

Um ponto importante a ser pensado para que os desafios e/ou dificuldades da intervenção interdisciplinar sejam amenizados é o fato de que trabalhar em uma equipe interdisciplinar “significa antes de tudo compreender exatamente em que consiste o objeto de intervenção de cada profissional integrante da equipe” (ORTIZ, 2011, p. 195). É necessário entender, estudar minimamente a outra profissão, para que se possa ter uma troca mais efetiva ao que diz respeito ao conhecimento para que a atuação profissional seja condizente.

Segundo MOTTA e SCARPARO (2013),

Devemos acrescentar a possibilidade de espaços de reflexão e escuta entre os profissionais de cada área e entre as áreas postas em ação, no momento, na intervenção. Verifica-se a importância da criação de espaços, no ambiente de trabalho ou fora dele, que permitam a discussão e a reflexão dos referenciais teóricos e metodológicos que subsidiam o trabalho profissional, considerando as especificidades das demandas, das equipes e dos usuários assistidos pela Política de Assistência Social (MOTTA E SCARPARO, 2013, p. 234).

Portanto, é de fundamental importância a definição das habilidades e competências profissionais em razão das especificidades do trabalho social para que a realização do trabalho interdisciplinar ocorra na sua plenitude.

A última reflexão levada aos grupos foi: **Quais as contribuições (ou não) da interdisciplinaridade no atendimento às demandas socioassistenciais?**

A partir da fala das profissionais pode-se analisar que para ambas as profissões a interdisciplinaridade no atendimento das demandas socioassistenciais é importante e fundamental para que a realização do trabalho social ocorra com eficácia. Pois, através das trocas dos saberes os atendimentos são mais produtivos e promissores, havendo um alcance maior dos objetivos traçados com as famílias usuárias do Serviço.

A equipe que realiza a interdisciplinaridade é um “grupo de pessoas que desenvolve um trabalho de forma integrada e com objetivo comum, com interdependência, lealdade, cooperação e coesão entre os membros, a fim de atingirem maior eficácia nas suas atividades” (MEIRELLES, 1998, apud NOGUEIRA, 1998, p.42).

Portanto, a interdisciplinaridade contribui para que os profissionais tenham perspectivas de estratégias comuns para a ação profissional que conduz os atendimentos a horizontalidade. Há uma maior percepção das demandas dos sujeitos.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das reflexões tecidas nesta pesquisa sobre o trabalho social com famílias e a interdisciplinaridade, pode-se refletir o quanto ainda é necessário avançar no debate e promover discussões entre os profissionais que compõem as equipes de referência. Há ainda incertezas referentes às ações profissionais, especialmente no que se refere aos limites entre o saber disciplinar e interdisciplinar, o que é compreensível por ser uma prática nova na Política de Assistência Social.

E imprescindível para as equipes a compreensão de que o saber disciplinar é o elemento essencial e primordial de qualquer prática inter. O que fará com que a equipe avance será a direção ética do trabalho com vistas à garantia de direitos e proteção social. Todas as profissões que atuam na política possuem divergências e diferenças, que devem ser trabalhadas através do diálogo, troca de conhecimentos, debates e estudos coletivos. Deve-se estabelecer estratégias conjuntas com vistas à superação das expressões da questão social, respeitando essas diferenças.

Portanto, a formação continuada e a realização de debates nos serviços sobre as questões que norteiam o trabalho social com famílias são imprescindíveis para que haja uma direção ética comum, trazendo o usuário dos serviços para o centro do debate.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília, DF, 2009.

ELY, Fabiana Regina. **Serviço Social e Interdisciplinaridade**. Katálysis, Florianópolis, v.6 n.1, p. 113-117, jan/jul, 2009.

FLORENTINO, Bruno Ricardo Bérghamo. **Abuso Sexual, Crianças e Adolescentes: Reflexões para o psicólogo que trabalha no CREAS**. Disponível em: < <http://www.uff.br/periodicoshumanas/index.php/Fractal/article/viewFile/804/957>>. Acesso em 20 de abril de 2015.

GUI, Roque Tadeu. **Grupo Focal em pesquisa qualitativa aplicada: intersubjetividade e construção de sentido**. In. Rpot, v.03 n.1, p. 135-180, jan/jun, 2012.

MIOTO, Regina C. Tamaso. **Considerações sobre o trabalho social com famílias: proposta para discussão**. In. Seminário Nacional de Trabalho Social com Famílias na Política de Assistência Social. Brasília, MDS, 2014.

MOTTA, Roberta Fin; SCARPO, Helena B. K. **A psicologia na Assistência Social: transitar, travessia**. In.: Psicologia & Sociedade, p. 230-239, 2013.



ORTIZ, Fátima da Silva Grave. Interdisciplinaridade e assistência social. In. **Seminário Nacional: o trabalho do/a assistente social no SUAS**. Brasília: CFESS, 2011.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Trabalho interdisciplinar no CRAS: um novo enfoque à pobreza?** Textos & Contextos, v.9, n.2, p. 286-297. Porto Alegre, 2010.

_____. **Trabalho social com famílias na política de assistência social: elementos para sua reconstrução em bases críticas**. In. Revista: Serviço Social, v.13, n.1, Londrina, p. 4-23, 2010.

_____. **A família na trajetória do sistema de proteção social brasileiro: do enfoque difuso à centralidade na política de assistência social**. Disponível em: < <http://www.Revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao>>. Acesso em 12 de abril de 2015.

_____. **A família na política de assistência social: concepções e as tendências do trabalho social com famílias nos CRASs de Teresina – PI**. Teresina: Edufpi, 2013.

VASCONCELOS. Eduardo Mourão. **Serviço Social e Interdisciplinaridade: o exemplo da saúde mental**. Serviço Social & Sociedade, XVIII. São Paulo: Cortez, 1997.